

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**NOTA
TÉCNICA | 43**

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL BRASIL E ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves

NT – 43

Diretor-Presidente

José Edil Benedito

Diretor de Estudos e Pesquisas

Pablo Silva Lira

Coordenador de Estudos Econômicos

Victor Nunes Toscano

Elaboração

Vitor Januário Oliveira

Coordenação de Estudos Econômicos

Editoração

Lastênio João Scopel

Assessoria de Relacionamento Institucional

Revisão

Adriano do Carmo Santos

Victor Nunes Toscano

Coordenação de Estudos Econômicos

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Assessoria de Relacionamento Institucional

Instituto Jones dos Santos Neves
Características estruturais da construção civil Brasil e Espírito
Santo. Vitória, ES, 2013.

25f. il. tab. (Nota técnica, 43)

1.Construção Civil. 2.Crescimento Econômico. 3.Mão de Obra.
4.Espírito Santo (Estado). I.Oliveira, Vitor Januário. II.Título. III.Série.

Apresentação

A presente nota técnica tem por objetivo descrever as características estruturais da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo, no período de 2002 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil (PAIC) e do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). São analisadas as estruturas de geração de Valor Adicionado Bruto (VAB), receitas, geração de empregos, composição da mão de obra por qualificação e por sexo, assim como a evolução dos custos da Construção Civil. Os resultados apontam para uma evolução na geração de VAB, ampliação das receitas e da geração de empregos. Somado a isso, os dados refletem uma melhoria no nível de qualificação dos profissionais empregados e aumento no número de mulheres que compõe a mão de obra do setor, por outro lado, os custos apresentaram elevações relevantes, principalmente no que diz respeito à mão de obra, que aumentou significativamente sua participação nos custos da construção civil.

Sumário

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	05
2. IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	07
2.1 GERAÇÃO DE RENDA E SALÁRIOS	07
2.2 GERAÇÃO DE EMPREGO	08
2.3. EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	10
3 - PERFIL DAS EMPRESAS DO SETOR	13
3.1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	13
3.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO	14
4. PERFIL DA MÃO DE OBRA EMPREGADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	15
4.1. SEXO E FAIXA ETÁRIA	15
4.2. NÍVEL DE ESCOLARIDADE	17
4.3. REMUNERAÇÃO MÉDIA	18
4.4. ROTATIVIDADE	20
5. CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

O setor de Construção Civil abrange todas as atividades ligadas à produção de obras, ou seja, estão incluídas neste setor as atividades referentes às funções de planejamento, projeto, execução, manutenção e restauração de obras em diferentes segmentos, como casas, edifícios, pontes, barragens, estradas, portos, aeroportos, canais de navegação, túneis, instalações prediais, obras de saneamento, de fundações e de terra em geral, entre outros. Esse setor ganha maior destaque no Brasil depois da segunda guerra mundial.

Em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) em resposta a crise de moradia no país que se urbanizava em ritmo acelerado. Nesse sentido, a política habitacional desenvolvida no período militar desenvolve papel importante, gerando empregos e fortalecendo a economia. No entanto, com a crise internacional gerada pelos choques do Petróleo (1973 e 1979), a partir do início dos anos 80 o Brasil começa a apresentar recessão econômica com elevação da inflação, do desemprego e queda dos níveis salariais. Este processo teve repercussão no Sistema de Financiamento Habitacional (SFH), uma vez que a retração dos saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da poupança aliado ao aumento da inadimplência, gerado pelo maior descompasso entre o aumento das prestações e a capacidade de pagamento dos mutuários, ocasionou a redução da capacidade de investimento (BONDUKI, 2008).

Com o fim do regime militar, o novo governo extingue o BNH, em 1986. Já em 2003, é implantado o Ministério das Cidades, dando início a uma nova fase para a Política Nacional de Habitação que volta a fortalecer o setor de construção civil. O ministério das Cidades, por sua vez, ficou incumbido de articular os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para solucionar problemas urbanos. Com isso, em 2009 é criado o Programa Minha Casa, Minha Vida que de um lado, responde a crise internacional do período expandindo o crédito e fomentando a economia e por outro lado, procurou solucionar problemas relacionados à moradia ao tentar tornar a moradia acessível a famílias com níveis de renda mais baixos. Atualmente o programa se configura como a maior política habitacional do governo federal e tem como diretrizes a redução do déficit habitacional, a distribuição de renda e inclusão social, além da dinamização do setor da construção civil e geração de trabalho e renda.

Nessa perspectiva, a Indústria da Construção Civil é um setor importante para economia do país. Esse segmento apresentou participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) em torno de 7,8% no Espírito Santo e de 5,7% no Brasil¹ em 2010. O setor destaca-se na geração de renda e emprego, já que, em geral, demanda grande número de mão de obra. No que diz respeito aos salários médios, esses acompanham a média salarial brasileira e capixaba, visto que do total de empregados no setor, mais de 50% recebem até dois salários mínimos no Brasil e Espírito Santo. Por outro lado, se comparado com a escolaridade os níveis salariais são superiores a média de todo o contingente de trabalhadores. Do total de empregados pela construção civil, seja do Brasil ou do Estado, mais de 60% não possuem o ensino médio completo, enquanto que no geral, incluindo os trabalhadores de todos os setores da economia, os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS indicam que 36% no Brasil e 37% no Espírito Santo não possuem o ensino médio completo².

Dessa forma, a expansão da geração de empregos do setor no período de 2002-2009³ estudado para o Brasil e Espírito Santo são respectivamente de 38,8% e 31,4%, ao passo que o crescimento do Valor Adicionado Bruto acumulado para o estado foi superior ao nacional, 45,65% contra 23,38%. Com isso, tem-se uma elevação no número de estabelecimentos para o setor (27,9% no Espírito Santo e 32,2% no Brasil) e concomitantemente

¹ Dados extraídos do relatório do Produto Interno Bruto do Espírito Santo 2010. Para mais detalhes consultar: OLIVEIRA, Vitor Januário. Produto Interno Bruto do Espírito Santo – 2010. IJSN. Vitória, 2012. Acesso em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_attachments&task=download&id=1750

um aumento no número de empregos médio por empresa que passou de 6,0 em 2002 para 9,1 em 2009 no Espírito Santo e de 6,5 para 8,8 no Brasil.

As mulheres tem pouca representatividade no setor, representando em 2011 cerca de 7,3% da mão de obra empregada no Brasil e 8,8% no estado. No entanto, de acordo com os dados da RAIS, o número de mulheres no setor tem aumentado. Em 2002 haviam 76.934 mulheres empregadas no setor em todo país e 1.951 mulheres no Espírito Santo, em 2011 esse contingente passou para 218.509 e 5.765, respectivamente. Isto representa um incremento no número de mulheres trabalhando no setor de mais de 180% tanto em nível nacional quanto na unidade da federação.

Outro ponto a ser destacado no setor de construção civil é a alta rotatividade da mão de obra, que segundo dados da RAIS indicam que em 2011, 60,4% dos trabalhadores formalmente empregados no setor não chegaram a completar 1 ano de trabalho no Brasil, sendo que 38,9% não concluíram sequer 6 meses de trabalho. No Espírito Santo isso não é diferente, cerca de 59,5% dos trabalhadores empregados no setor não completaram 1 ano de trabalho, de maneira que 39,1% não completaram nem 6 meses de trabalho.

Dessa forma, o setor tem suas peculiaridades no que diz respeito ao mercado de trabalho e desempenha importante papel no desenvolvimento econômico, atuando na geração de infraestrutura, que por sua vez, cria condições para o desenvolvimento de outras atividades.

Neste sentido, esse trabalho tem o propósito de analisar as mudanças estruturais ocorridas no Brasil e no Espírito Santo ao longo do período de 2002 até 2011⁴ e para tanto, segue dividido em cinco seções, contando primeiramente com a presente introdução. A segunda seção apresenta os impactos econômicos e sociais da indústria da construção civil, analisando a geração de renda, salários e empregos, além da evolução do setor. A terceira seção analisa o perfil das empresas do setor, como: número de estabelecimentos e distribuição espacial dos empregos. A quarta seção trata do perfil da mão de obra empregada pelo setor, analisando dados de sexo, faixa etária, nível de escolaridade, remuneração média e rotatividade dos empregados. Na quinta seção analisa-se a evolução dos custos da construção civil. E por fim, na sexta seção, apresentam-se as considerações finais destacando os pontos relevantes e a importância do setor para a promoção de desenvolvimento econômico no estado do Espírito Santo.

² Os dados referidos são de 2011 e foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

³ O período de análise não foi atualizado para período mais recente, visto que uma das fontes (Pesquisa Anual da Indústria de Construção Civil – PAIC) não apresentava dados disponíveis para o Espírito Santo mais recentes, no período de elaboração do trabalho

⁴ As análises serão feitas de 2002 até 2011, no entanto, os dados que foram extraídos da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) a análise irá somente até 2009 em virtude da falta de dados disponíveis para os anos posteriores.

2 - IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

2.1. GERAÇÃO DE RENDA E SALÁRIOS

O setor da Construção Civil exerce papel importante na economia brasileira, não sendo diferente na economia capixaba. O setor apresentou no ano de 2010 participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) Brasileiro de 5,7%, enquanto a participação no VAB do Espírito Santo foi de 7,8% para o mesmo período. O crescimento real acumulado no Valor Adicionado do setor foi de 56,8%, no período de 2003-2010 para o Espírito Santo, sendo que a participação no VAB brasileiro foi de 2,9% em 2010.

No que se refere a geração de renda é notável que o setor tem grande impacto, pelo fato de ser um grande empregador, como será relatado na seção seguinte. Dessa forma, a massa salarial do setor tem participação significativa na economia em geral. O total de salários do setor, pagos no Brasil, teve crescimento nominal de 165,34%, de 2002 para 2009, enquanto no Espírito Santo o crescimento foi um pouco inferior 155,73%. Já se deflacionarmos os valores pelo índice calculado pelo Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)⁵, indicador calculado pelo IBGE que mede os custos médios por metro quadrado da construção civil, o crescimento real do total de salários pagos é de 28,18% no Brasil e de 14,9% no Espírito Santo (Tabela 1).

Tabela 1 – Total de Salários Pagos no setor da Construção Civil

UF	Ano	Total de Salários, retiradas e outras remunerações (Mil R\$)	Índice Acumulado	Varição SINAPI Anual	Total de Salários a preços constantes 2009 (Mil R\$)	Crescimento Real do Total gasto com Salários - Relativo a 2002
BRASIL	2002	12.002.333	100,00	13,41%	24.845.904	0,00%
	2003	13.471.147	112,24	14,32%	24.146.141	-2,82%
	2004	15.696.518	130,78	10,95%	24.106.852	-2,97%
	2005	15.416.524	128,45	6,98%	21.084.164	-15,14%
	2006	17.266.258	143,86	5,14%	21.966.388	-11,59%
	2007	19.359.411	161,30	6,09%	23.362.503	-5,97%
	2008	25.717.781	214,27	11,76%	29.144.985	17,30%
	2009	31.847.241	265,34	5,85%	31.847.241	28,18%
ESPIRITO SANTO	2002	193.835	100,00	12,82%	431.391	0,00%
	2003	215.210	111,03	16,59%	417.566	-3,20%
	2004	411.479	212,28	12,63%	665.896	54,36%
	2005	252.355	130,19	8,27%	356.806	-17,29%
	2006	332.360	171,47	5,60%	431.073	-0,07%
	2007	345.742	178,37	6,66%	423.331	-1,87%
	2008	425.402	219,47	12,50%	486.189	12,70%
	2009	495.698	255,73	6,59%	495.698	14,91%

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

⁵ Para maiores informações sobre os custos da construção civil no Espírito Santo ver: Oliveira, Vitor J. Resenha de Conjuntura: Construção Civil. Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2013.

A massa salarial paga pela indústria da Construção Civil no Espírito Santo teve participação média no total de salários pagos no setor para o Brasil de 1,86%, sendo que 2004 foi o ano em que houve maior participação, adicionalmente o valor adicionado da construção civil também teve grande crescimento (+6,58%) e a participação no PIB do estado também foi a maior no período em análise. Da mesma forma, o crescimento acumulado dos salários reais foi expressivo de 2003 para 2004 (54,4%), enquanto a taxa média de crescimento real anual foi de 2,13% (Tabela 2).

Tabela 2– Evolução do Total de Salários Pagos no setor da Construção Civil

Ano	Participação do Total de Salários Pagos no ES no Brasil	Participação Média do total de salários do ES no Brasil	Crescimento Acumulado dos Salários Reais no ES	Taxa Média de Crescimento Real no ES
2002	1,74%	1,86%	0,00%	2,13%
2003	1,73%		-3,20%	
2004	2,76%		54,40%	
2005	1,69%		-17,30%	
2006	1,96%		-0,10%	
2007	1,81%		-1,90%	
2008	1,67%		12,70%	
2009	1,56%		14,90%	

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

2.2. GERAÇÃO DE EMPREGO

Vale destacar a força do setor da construção na geração de empregos, visto que esta indústria tradicionalmente absorve um grande contingente de trabalhadores, no qual em geral, não há forte exigência de qualificação técnica. Sendo então, um setor importante em virtude do transbordamento positivo que o investimento neste segmento gera para a economia, já que o número de empregos diretos e indiretos ligados à construção costuma ser superior ao de setores tecnologicamente avançados que exigem mais qualificação e menor contingente de mão de obra. Somado a isso, de acordo com Neri (2011) a Construção Civil é um setor vital para economia, pelo fato de gerar infraestrutura necessária para o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

Tabela 3 – Evolução do Total de Salários Pagos no setor da Construção Civil

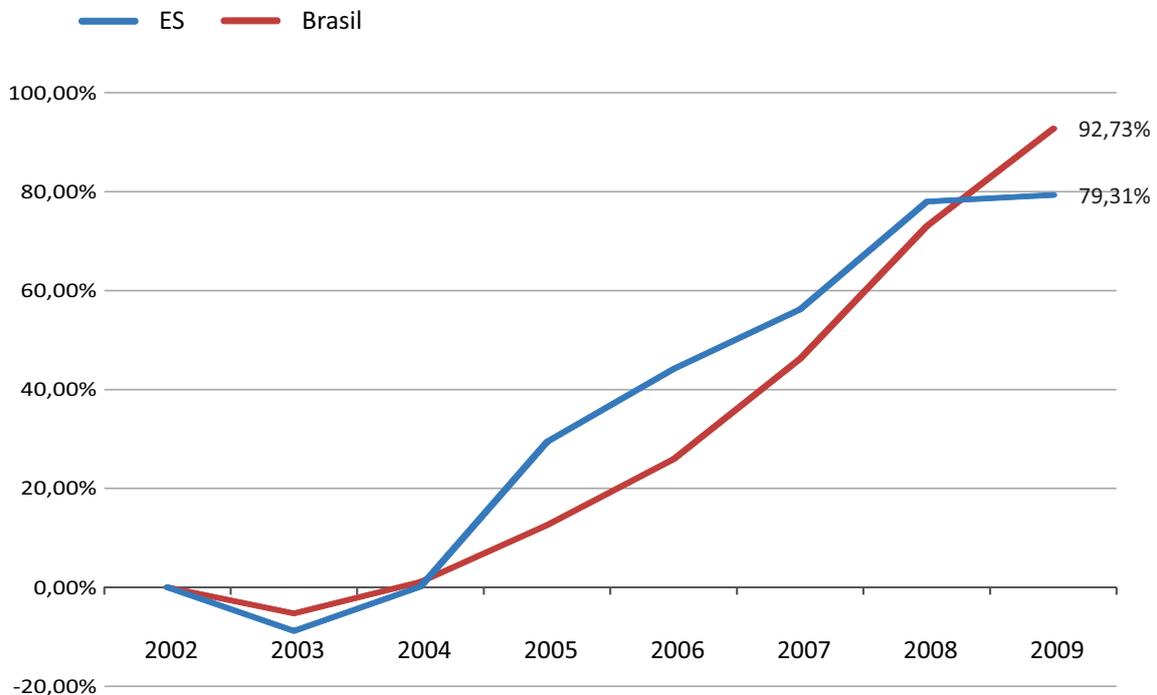
Ano	Brasil			ES		
	Número de Empregados pelo setor	Número de Estabelecimentos	Variação Percentual Acumulada de Empregos	Número de Empregados pelo setor	Número de Estabelecimentos	Variação Percentual Acumulada de Empregos
2002	1.106.350	183.954	0,00%	30.519	4.691	0,00%
2003	1.048.251	180.777	-5,25%	27.840	4.535	-8,78%
2004	1.118.570	181.131	1,10%	30.571	4.460	0,17%
2005	1.245.395	183.749	12,57%	39.498	4.646	29,42%
2006	1.393.446	189.032	25,95%	44.008	4.895	44,20%
2007	1.617.989	200.279	46,25%	47.668	5.242	56,19%
2008	1.914.596	223.272	73,06%	54.331	5.762	78,02%
2009	2.132.288	243.227	92,73%	54.723	6.001	79,31%
Média	1.447.111	198.178	9,83%	41.145	5.029	8,70%

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

O número de pessoas ocupadas diretamente nas atividades ligadas à construção civil foi, em média por ano no Brasil, de 1,447 milhões, o que nos permitir dizer que cada empresa do setor manteve empregada do ano de 2002 a 2009 em média 7,2 pessoas por ano. Se analisarmos de forma histórica pode-se perceber a evolução do setor que em 2002 encerrou o ano com 1,106 milhões de empregos diretos, enquanto que em 2009 o número de pessoas que encerraram o ano empregadas diretamente pelo setor da construção civil foi de 2,132 milhões, o que representa uma evolução no número de empregos de 92,73% no total, com média de 9,83% na taxa de incremento no emprego anual para o Brasil (Tabela 3, Gráfico 1).

A respeito do Espírito Santo, quanto à geração de empregos diretos, observa-se que em média, por ano, manteve-se empregadas 41.145 pessoas. Analisando todo o período estudado o estado teve um incremento na geração de empregos de 79,31%, ou seja, passou de 30.519 em 2002 para 54.723 em 2009. Esse resultado em termos percentuais foi inferior a geração de emprego apresentada pelo país, embora o incremento no número de emprego seja considerável, mostrando que o setor ganhou expressão durante o período (Tabela 3, Gráfico 1).

Gráfico 1– Variação Percentual Acumulada da Geração de Emprego na Construção Civil (Brasil e Espírito Santo)



Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

2.3. EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

No que diz respeito à evolução econômica do setor da construção civil o saldo foi positivo para o período analisado tanto para o Brasil quanto para o estado. A taxa de expansão real do setor, considerando o seu valor adicionado, foi de +23,38%, para o Brasil, enquanto que para o estado do Espírito Santo foi de +45,65%. Dessa forma, a construção civil teve uma taxa anual média de crescimento para o período em análise de +3,34% para o Brasil e +6,52% para o Espírito Santo (Tabela 4).

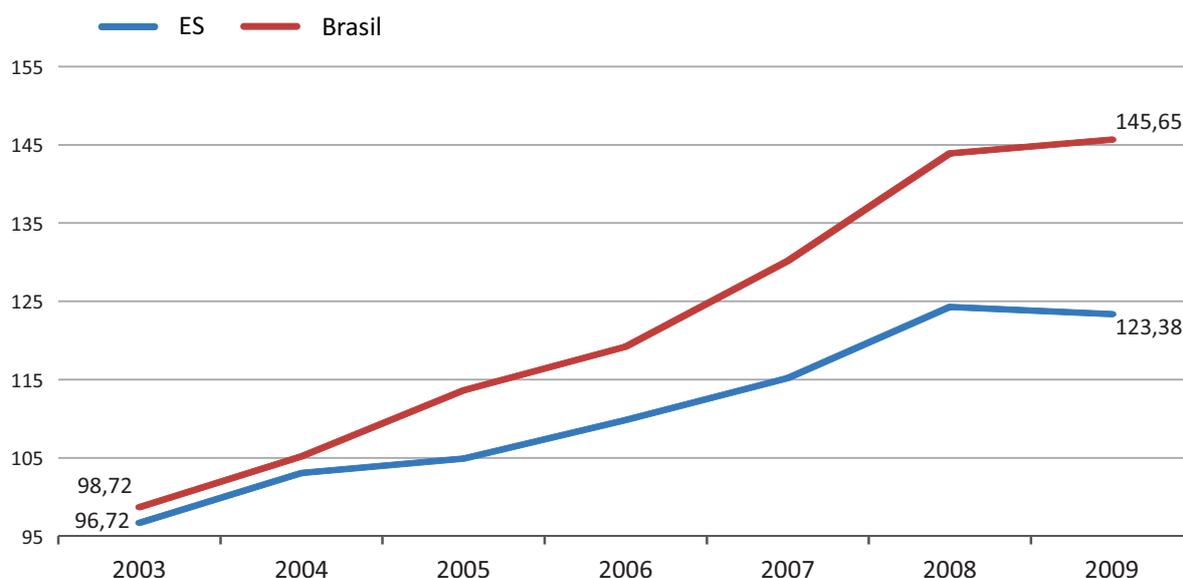
Tabela 4 – Taxa Anual de Crescimento Real do Valor Adicionado da Construção Civil
Brasil e Espírito Santo

Ano	BRASIL				ES			
	Varição Anual	Índice	Variação (%) Acumulado	Taxa Anual Média	Varição Anual	Índice	Varição (%) Acumulada	Taxa Anual Média
2003	-3,28%	96,72	-3,28%		-1,28%	98,72	-1,28%	
2004	6,58%	103,08	3,08%		6,53%	105,17	5,17%	
2005	1,78%	104,91	4,91%		8,04%	113,63	13,63%	
2006	4,68%	109,82	9,82%	3,34%	4,92%	119,22	19,22%	6,52%
2007	4,88%	115,18	15,18%		9,17%	130,15	30,15%	
2008	7,92%	124,3	24,30%		10,55%	143,89	43,89%	
2009	-0,74%	123,38	23,38%		1,23%	145,65	45,65%	

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

Percebe-se pelos dados que o Espírito Santo apresentou resultados superiores ao do Brasil no período analisado. O único período em que o crescimento da construção civil no Brasil superou o crescimento do Espírito Santo foi no ano de 2004, em que o Brasil apresentou +6,58% e o Espírito Santo +6,53%, diferença de 0,05 pontos percentuais. No entanto, nos demais períodos o Espírito Santo apresentou comportamento superior à média brasileira, crescendo mais nos períodos de bonança e caindo menos nos períodos de retração para o setor. A exemplo disso, podemos destacar o ano de 2003 no qual o Brasil teve recuo de -3,28% no crescimento e o estado apresentou um menor recuo na taxa de crescimento, -1,28%. Desse modo, percebe-se que o desempenho do setor de construção civil para o estado é bastante dinâmico, propulsor de crescimento econômico, gerador de renda e emprego.

Gráfico 2 – Evolução da Indústria da Construção Civil
(Índice Acumulado do Valor Adicionado Bruto)

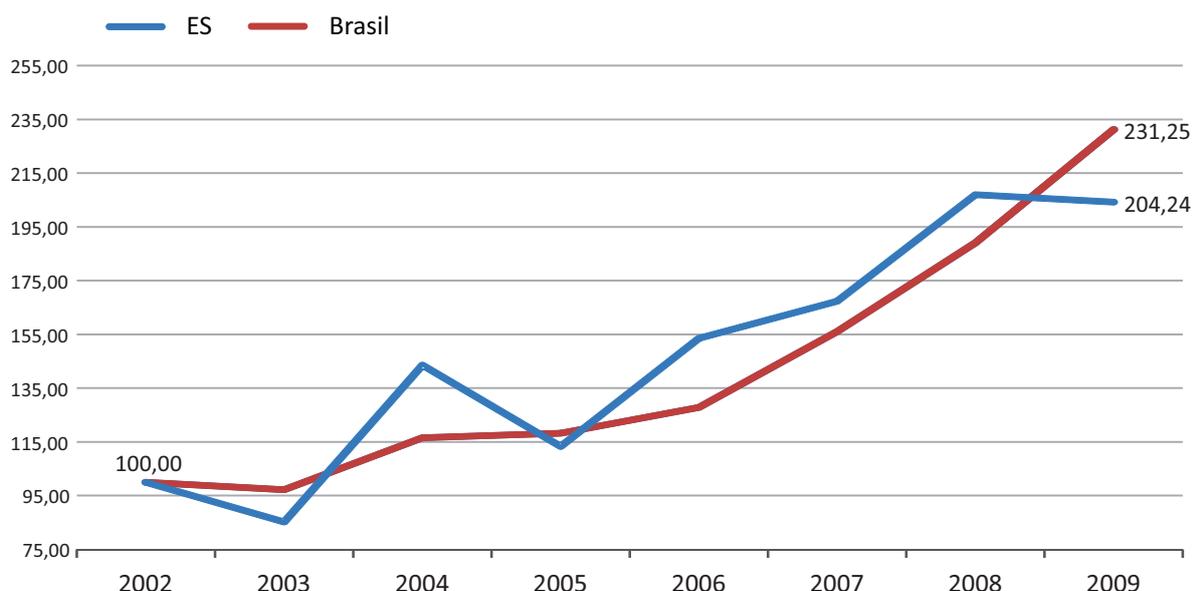


Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

Neste sentido, o Gráfico 2, que retrata a evolução do valor adicionado da construção civil para o Brasil e para o estado revela o distanciamento que o último vem abrindo do Brasil, desde 2003. Não obstante, percebe-se que o crescimento da construção civil para o Espírito Santo ao longo do tempo foi mais intenso, haja vista que no início do período em análise, o índice tanto para o Brasil, quanto para o Espírito Santo, apresentavam-se bem próximos, mas com o passar do tempo o estado foi se distanciando do Brasil. Em 2009, essa diferença chega a cerca de 22 pontos percentuais, ou seja, enquanto o Brasil teve um crescimento acumulado no período de 23,38%, o estado apresentou quase o dobro de crescimento 45,65%.

A receita líquida do setor da construção civil, que é igual à receita bruta menos as deduções - obtida pela soma dos valores a serem deduzidos da receita bruta relativos às vendas canceladas e descontos incondicionais, e aos demais impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e serviços, como Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), SIMPLES, entre outros - cresceu de 2003 até 2009 cerca de 131% para o Brasil e 104% para o Espírito Santo em termos nominais. A média de crescimento para o Brasil foi superior à observada para o estado, enquanto o primeiro obteve média de crescimento da receita líquida de 18,75%, no Espírito Santo foi de +14,90%. Comparativamente a evolução das receitas líquidas pode-se observar a evolução das deduções, as mesmas tiveram um crescimento de 192% para o Brasil e 202% para o Espírito Santo, sendo o crescimento médio respectivamente de +27,5% e +28,90%. Pode-se observar que o crescimento das deduções foi superior ao crescimento das receitas líquidas. Destaca-se que as deduções representam em média +6,85% das receitas brutas para o Brasil e +7,83% para o Espírito Santo, o que pode indicar que a carga de tributos na construção civil representa mais da receita bruta para o estado do que para a média brasileira (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índice de Receita Líquida
(Brasil e ES)



Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

3 - PERFIL DAS EMPRESAS DO SETOR

3.1. Número de Estabelecimentos

O número de estabelecimentos do setor de construção civil cresceu +27,9% no Espírito Santo de 2002 para 2009, enquanto no Brasil o incremento no número de estabelecimentos foi da ordem de +32,2%, no mesmo período. Em relação ao número de empregos gerados, em termos percentuais, cresceu mais que proporcionalmente ao número de novos estabelecimentos tanto no Brasil como no Espírito Santo, neste último o número de empregos do setor passou de 30.519 em 2002 para 54.723 em 2009, o que representa uma evolução de +79,3%, com isso a média de empregos gerados por empresa que em 2002 eram de 6,5, passaram a ser de 9,1 (Tabela 5).

A respeito do Brasil, o número de empregos gerados passou de 1,1 milhões para 2,1 milhões perfazendo um aumento na geração de emprego de +92,7%, superior ao incremento percentual do estado (+79,3%). Dessa forma, o emprego médio por empresa que em 2002 era de 6 passou em 2009 a ser de 8,8. Assim percebe-se que o setor da construção civil no Espírito Santo empregou mais por número de estabelecimentos do que a média do Brasil (Tabela 5).

Tabela 5 – Número de Estabelecimentos e Estoques de Trabalhadores Brasil e ES

Ano	Brasil					Espírito Santo				
	Pessoas Empregadas pelo setor	Número de Estabelecimentos	Média de Empregos por Empresa	Índice Acumulado de Empregos	Índice Acumulado de Empresas	Pessoas Empregadas pelo setor	Número de Estabelecimentos	Média de Empregos por Empresa	Índice Acumulado de Empregos	Índice Acumulado de Empresas
2002	1.106.350	183.954	6,0	100,0	100,0	30.519	4.691	6,5	100,0	100,0
2003	1.048.251	180.777	5,8	94,7	98,3	27.840	4.535	6,1	91,2	96,7
2004	1.118.570	181.131	6,2	101,1	98,5	30.571	4.460	6,9	100,2	95,1
2005	1.245.395	183.749	6,8	112,6	99,9	39.498	4.646	8,5	129,4	99,0
2006	1.393.446	189.032	7,4	125,9	102,8	44.008	4.895	9,0	144,2	104,3
2007	1.617.989	200.279	8,1	146,2	108,9	47.668	5.242	9,1	156,2	111,7
2008	1.914.596	223.272	8,6	173,1	121,4	54.331	5.762	9,4	178,0	122,8
2009	2.132.288	243.227	8,8	192,7	132,2	54.723	6.001	9,1	179,3	127,9

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

3.2. Distribuição Espacial do Emprego

Analisando a distribuição de empregos entre as regiões brasileiras percebe-se que a região que gera maior número de emprego, é a região sudeste⁶. Essa região manteve empregado no setor da construção civil de 2002 a 2009 uma média anual de 766.914 pessoas, aproximadamente 178% a mais que a segunda região que mais gerou emprego, a região nordeste (275.722). Em contrapartida a região Norte deteve a menor média anual de empregos (80.968), porém é a região que gera mais empregos por empresas 8,44, superior a região que mais emprega (sudeste) que apresentou em média por empresa 7,64 empregados (Tabela 6).

Analisando a evolução do número de empregados no setor da construção civil, percebe-se que o número de pessoas empregadas foi crescendo ano após ano e nem mesmo a crise do “subprime⁷” em 2008 impactou negativamente no número de empregos. Com isso, o ano de 2009 foi o ano em que mais pessoas estiveram empregadas. Segundo Monteiro Filha, Dulce Correa et al. (2010), isso deve-se ao fato de que foram implementadas políticas anticíclicas para a recuperação da economia no terceiro trimestre de 2009, o que por sua vez, fez com que o setor da construção civil, no Brasil, não sentisse os impactos externos diretamente. Entre as políticas, estão a desoneração tributária de alguns materiais de construção, a expansão do crédito para habitação, notadamente o Programa Minha Casa, Minha Vida, e o aumento de recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tabela 6 – Estoque de Trabalhadores segundo regiões

	Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Norte	Empregos	54.687	47.785	59.394	62.840	74.499	98.771	113.987	135.782	80.968
	Estabelecimentos	13.772	12.525	11.224	10.278	9.400	9.040	8.551	8.404	10.399
	Média de empregos por empresa	3,97	3,82	5,29	6,11	7,93	10,93	13,33	16,16	8,44
Nordeste	Empregos	208.486	195.097	209.000	233.401	267.103	298.121	364.452	430.113	275.722
	Estabelecimentos	48.304	43.052	38.146	34.916	31.931	31.256	30.130	29.554	35.911
	Média de empregos por empresa	4,32	4,53	5,48	6,68	8,37	9,54	12,10	14,55	8,20
Sudeste	Empregos	585.339	556.372	583.053	671.730	755.817	869.470	1.010.801	1.102.727	766.914
	Estabelecimentos	148.641	131.774	116.293	107.509	96.762	90.422	87.890	86.467	108.220
	Média de empregos por empresa	3,94	4,22	5,01	6,25	7,81	9,62	11,50	12,75	7,64
Sul	Empregos	172.307	165.873	173.216	177.626	190.478	220.783	267.816	291.287	207.423
	Estabelecimentos	75.449	67.560	58.707	54.063	48.113	45.438	44.425	44.348	54.763
	Média de empregos por empresa	2,28	2,46	2,95	3,29	3,96	4,86	6,03	6,57	4,05
Centro-Oeste	Empregos	85.531	83.124	51.784	99.798	105.549	130.844	157.540	172.379	110.819
	Estabelecimentos	26.091	22.384	18.857	16.506	14.073	12.876	12.753	12.358	16.987
	Média de empregos por empresa	3,28	3,71	2,75	6,05	7,50	10,16	12,35	13,95	7,47

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

⁶ A região sudeste apresentou, no período, a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) entre as regiões, com média de 56% da participação no PIB brasileiro. Para maiores detalhes verificar: OLIVEIRA, Vitor Januário. Produto Interno Bruto do Espírito Santo – 2010. IJSN. Vitória, 2012

⁷ A crise do subprime foi uma [crise financeira](#) que surgiu a partir da [quebra](#) de [instituições](#) de [crédito](#) dos [Estados Unidos](#), que concediam empréstimos [hipotecários](#) de alto [risco](#). Para maiores detalhes consultar: Junior e Filho (2008).

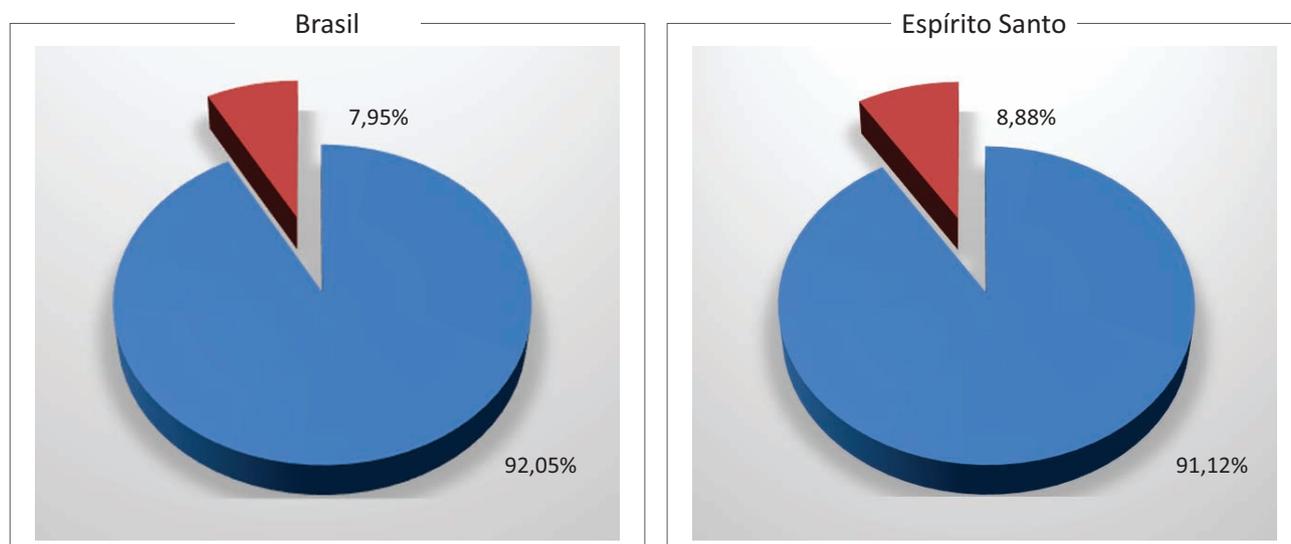
4 - Perfil da Mão de Obra Empregada na Construção Civil

4.1. Sexo e Faixa Etária

No Espírito Santo e no Brasil a participação dos homens e mulheres na construção civil foi bastante similar em 2011, sendo que a mão de obra da Construção Civil é composta basicamente por trabalhadores do sexo masculino. Enquanto no Brasil a participação masculina na força de trabalho do setor foi de 92,05% em 2011, no Espírito Santo foi de 91,12%. Já as mulheres compõem, respectivamente, 7,95% e 8,88% restantes. No entanto, embora a participação feminina seja pequena e pouco tenha mudado ao longo do período analisado, o número de mulheres empregadas no setor tem aumentado tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. Em 2002 haviam 76.834 mulheres empregadas no setor em todo país e 1.951 mulheres no Espírito Santo, em 2011 esses números foram para 218.509 e 5.775 respectivamente. Em termos percentuais, isso representa um acréscimo de 184,02% da força feminina de trabalho na Construção Civil brasileira no período de 2002 a 2011 e, em se tratando do estado, o incremento foi de 195,49% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Participação dos Trabalhadores da Construção Civil por Sexo - 2011

■ Masculino ■ Feminino



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

A mão de obra empregada na construção civil no estado do Espírito Santo, em 2011, representou 2,36% da mão de obra empregada pelo setor em nível nacional e essa média se mantém para as pessoas que estão compreendidas na faixa etária de 18 a 49 anos. Sendo pouco superior na faixa acima de 50 anos (Tabela 7).

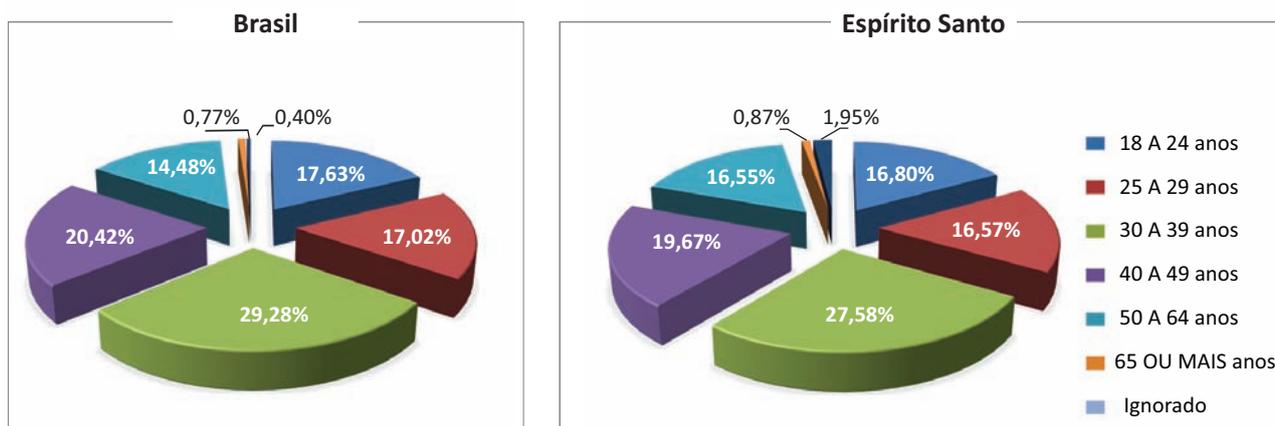
Tabela 7 – Estoque de trabalhadores, segundo a faixa etária - 2011

Faixa Etária	Brasil	ES	Participação ES/Brasil
18 A 24 anos	484.891	10.907	2,25%
25 A 29 anos	468.199	10.759	2,30%
30 A 39 anos	805.362	17.909	2,22%
40 A 49 anos	561.549	12.773	2,27%
50 A 64 anos	398.177	10.745	2,70%
65 OU MAIS anos	21.101	563	2,67%
Ignorado	10.894	1.269	11,65%
Total	2.750.173	64.925	2,36%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

No que se refere à participação da mão de obra conforme a faixa etária, a configuração tanto do Brasil quanto do Espírito Santo é bastante similar. A maior concentração de trabalhadores está na faixa etária dos 30 aos 39 anos, sendo que no Brasil essa faixa participa com 29,28% da mão de obra total empregada e no Espírito Santo 27,58%. Logo em seguida vem a faixa etária que vai dos 40 aos 49 anos que representam 20,42% e 19,67%, no Brasil e Espírito Santo, respectivamente. Numa análise mais geral percebe-se que pouco se emprega depois dos 64 anos de idade no setor da construção Civil, visto que essa faixa participa com 0,77% da mão de obra total em nível nacional e 0,87% no estado capixaba, o restante dos trabalhadores é composto pela faixa etária compreendida entre esses dois extremos (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Composição da Mão de Obra, segundo a Faixa Etária



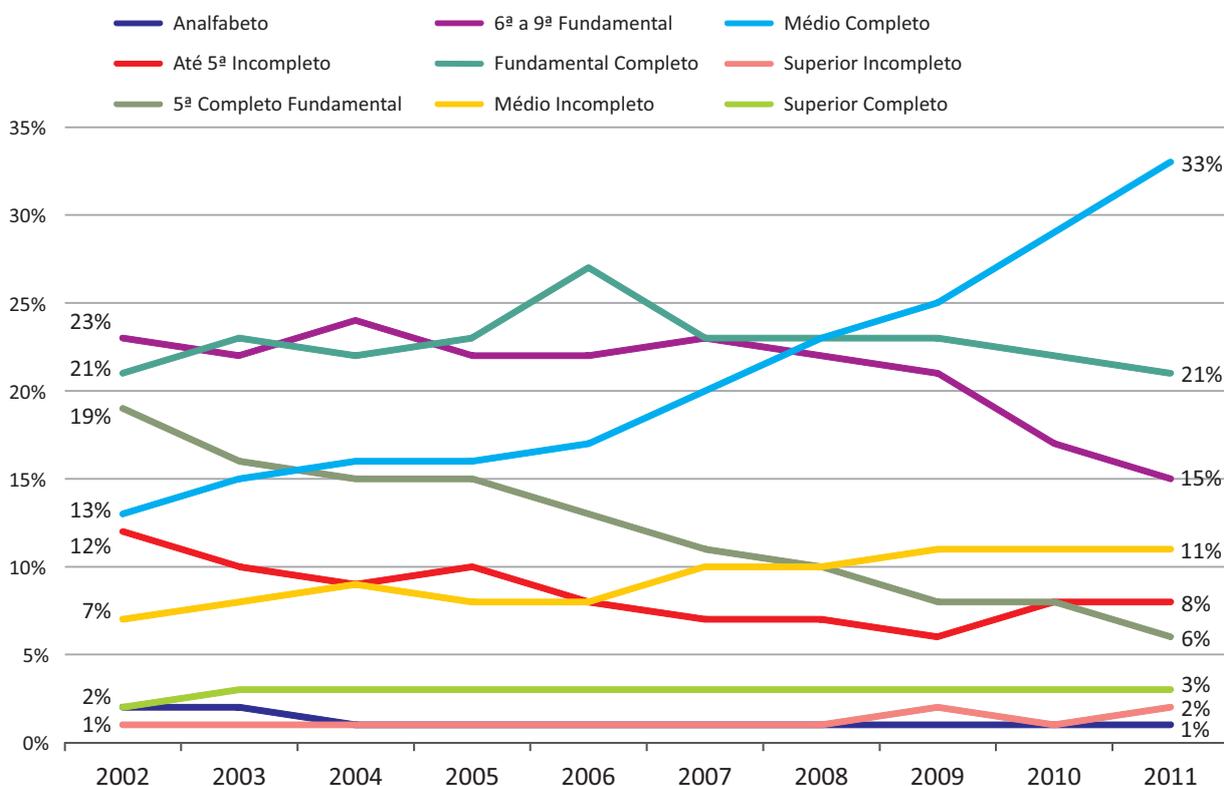
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

4.2. Nível de Escolaridade

Os dados da RAIS indicam que o nível de escolaridade da mão de obra empregada na construção civil ainda é baixo, quando comparado à média de todos os setores da economia, no entanto houve uma melhora dos níveis de escolaridade no que diz respeito ao ensino médio. Verifica-se tanto no Brasil quanto no Espírito Santo que esse foi o nível de escolaridade, para o período apresentado, que obteve maior incremento na participação total do número de empregados, embora em termos nacionais esse índice tenha apresentado tendência de queda iniciado a partir de 2006.

No que diz respeito ao Espírito Santo, o número de analfabetos assim como o número de pessoas empregadas pelo setor que possuem o nível superior incompleto e completo é pouco representativo, com participação pequena na mão de obra total. Por outro lado, boa parte da mão de obra do setor é composta por aqueles que possuem o ensino médio completo, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e fundamental completo, com participações de 33%, 21% e 15%, respectivamente para o ano de 2011. O destaque positivo para a escolaridade é que o percentual de empregados que passaram a possuir o ensino médio completo aumentou, ganhando mais representatividade. Em 2002 o percentual de trabalhadores da construção civil no Espírito Santo que possuíam o ensino médio completo era de 13% e em 2011 passou a ser de 33%, incremento de 20 pontos percentuais. Somado a isso, o percentual de trabalhadores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental incompleto reduziu de 2002 para 2011 de 23% para 15% (Gráfico 6).

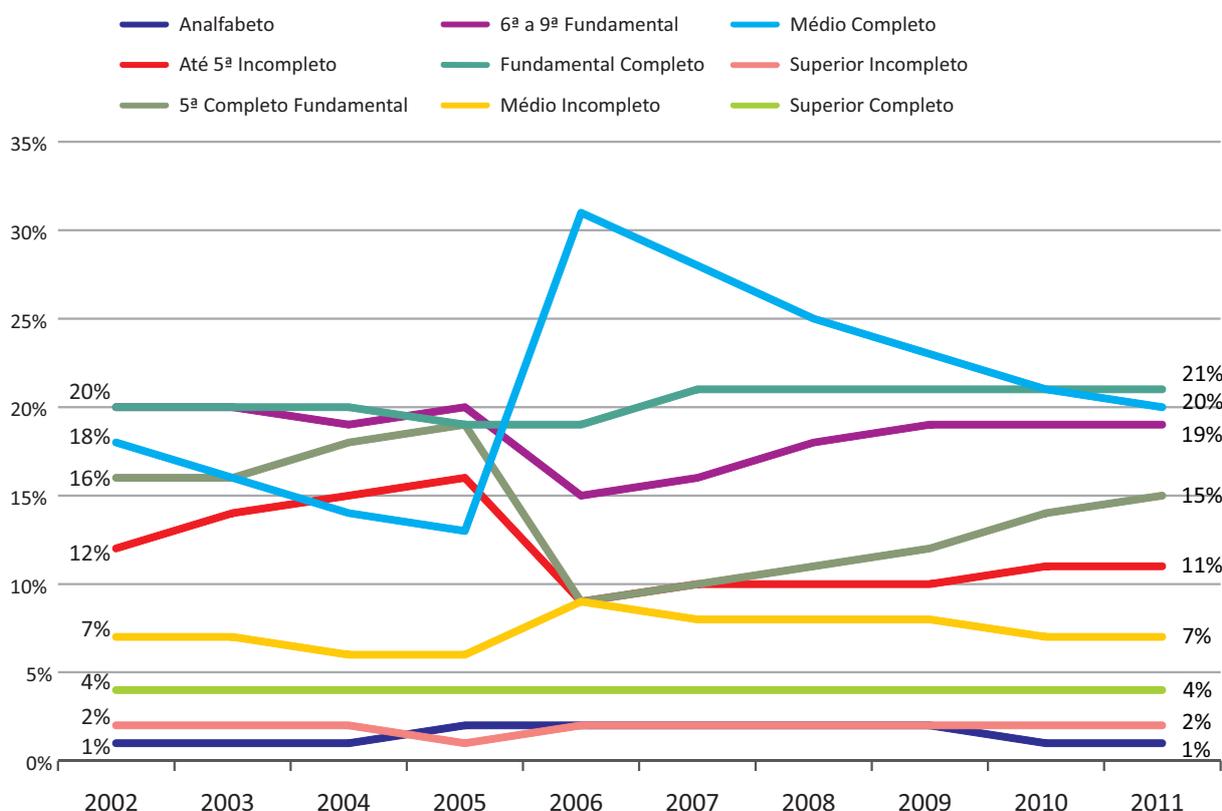
Gráfico 6 – Composição (%) do estoque de trabalhadores conforme a escolaridade - Espírito Santo



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

No Brasil, a configuração da mão de obra no que diz respeito à escolaridade é similar a do Espírito Santo. Os percentuais de trabalhadores do setor que são analfabetos e que possuem nível superior completo e incompleto são baixos. Houve um incremento na participação de trabalhadores que possuem ensino médio completo que passou de 18% em 2002 para 20% em 2011. Todavia, o comportamento do gráfico desse nível de ensino apresentou uma variação que chama atenção, com forte incremento de 2005 para 2006, e uma subsequente redução até 2011. Os trabalhadores que possuem ensino fundamental completo apresentou uma participação representativa, indicando a maior participação na mão de obra em 2011 para o Brasil, 21% (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Composição (%) do estoque de trabalhadores conforme a escolaridade – Brasil



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
 Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

4.3. Remuneração Média

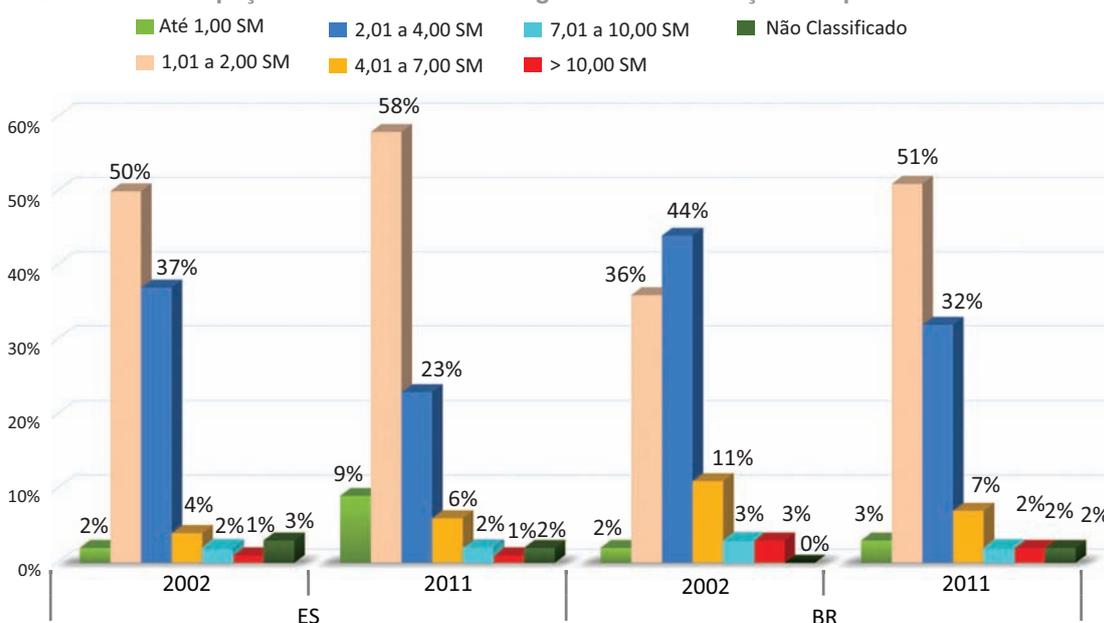
A remuneração média observada tanto no Espírito Santo quanto no Brasil é relativamente baixa, acompanhando o baixo nível de qualificação e de instrução exigido pelo setor, como pôde ser observado na seção anterior. A maior parte dos empregados do setor da construção civil recebem até 4 salários mínimos, sendo que uma parcela muito pequena recebem mais de 10 salários mínimos.

No Espírito Santo o número de empregados no setor da construção civil que ganhavam até 4 salários mínimos, no ano de 2011, representavam 90% do número total de trabalhadores empregados no setor, enquanto que no ano de 2002, esse contingente representava 89%. Nesse sentido, embora o percentual de trabalhadores que recebem até 4 salários mínimos de 2002 para 2011 tenha permanecido estável, houve um aumento no número de trabalhadores que recebem até 2 salários, que passou de 52% em 2002 para 67% em 2011 e uma diminuição percentual de trabalhadores que recebem de 2 a 4 salários mínimos que passou de 37% em 2002 para 23% em 2011, ou seja, nessa faixa salarial houve queda de 14 pontos percentuais. Quanto aos outros segmentos, esses se mantiveram, em geral, no mesmo patamar, havendo, no entanto, expansão de 4% para 6% no número de empregados que recebiam de 4,01 até 7,00 salários mínimos (Gráfico 8).

No Brasil, o percentual de trabalhadores da construção civil que recebiam até 4 salários mínimos em 2011 era de 86% contra 82% em 2002. Percebe-se que houve uma redução no nível salarial da massa de trabalhadores, principalmente do grupo que recebia entre 4,01 e 7,00 salários mínimos, já que o percentual de trabalhadores que se enquadravam nesse grupo caiu de 2002 para 2011, passando de 11% para 7% em 2011. Somado a isso, houve queda de 1 ponto percentual para os trabalhadores que recebiam entre 7,01 e 10,00 salários mínimos e, também, para aqueles que recebiam mais de 10 salários mínimos, assim como houve aumento no percentual de não classificados (Gráfico 8).

É interessante notar que comparando o ano de 2002 com 2011 a variação na composição salarial dos empregados do setor indica certa redução do nível de renda dos trabalhadores do setor. Neste sentido, tanto no Espírito Santo quanto no Brasil, nota-se que houve uma clara redução percentual de trabalhadores que recebiam de 2,01 a 4,00 salários mínimos, enquanto ocorreu um aumento percentual no número de trabalhadores que ganhavam até 2 salários mínimos.

Gráfico 8 – Participação dos trabalhadores segundo a remuneração – Espírito Santo



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
 Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

4.4. Rotatividade

O setor de construção civil apresenta alta rotatividade, dados da RAIS indicam que, em 2011, 60,37% dos trabalhadores formalmente empregados no setor não chegaram a completar 1 ano de trabalho no Brasil. Sendo que 38,91% não concluíram nem sequer 6 meses de trabalho. No Espírito Santo isso não é diferente. Cerca de 59,48% dos trabalhadores empregados no setor não completaram 1 ano de trabalho, de maneira que 39,12% não completaram 6 meses de trabalho (Tabela 8).

Tabela 8 – Estoque de Trabalhadores, segundo o tempo de permanência no emprego - 2011

Tempo de Emprego	Brasil		ES	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ate 2,9 meses	576.972	20,98%	13.442	20,70%
3,0 a 5,9 meses	493.048	17,93%	11.957	18,42%
6,0 a 11,9 meses	590.233	21,46%	13.220	20,36%
12,0 a 23,9 meses	495.054	18,00%	11.843	18,24%
24,0 a 35,9 meses	199.653	7,26%	5.101	7,86%
36,0 a 59,9 meses	189.563	6,89%	4.910	7,56%
60,0 a 119,9 meses	131.995	4,80%	3.358	5,17%
120,0 meses ou mais	72.217	2,63%	1066	1,64%
Ignorado	1.438	0,05%	28	0,04%
Total	2.750.173	100,00%	64.925	100,00%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

Segundo Comissão de Economia e Estatística da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (ACEE/CBIC - 2002), a justificativa para elevada rotatividade de mão de obra é que o ciclo de produção do setor é fracionado em diferentes etapas, que exigem ocupações específicas para cada uma delas. Somado a isso, as empresas de construção muitas vezes enfrentam dificuldades na obtenção de recursos para financiamento de novas obras e novos projetos de investimentos, o que interfere na questão da mão de obra, pois durante esses períodos costumam não empregar mão de obra. Isto faz com que haja descontinuidade produtiva no setor, dificultando a manutenção dos trabalhadores empregados de forma ociosa, dado o hiato de tempo entre o término de uma obra e o início de outra.

5 - Custos da Construção Civil

No que diz respeito aos custos médios por metro quadrado da construção civil, calculado pelo Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), no comparativo entre Brasil e Espírito Santo, percebe-se que os custos no estado em moeda corrente apresentaram-se sempre abaixo dos custos nacionais. No entanto, no decorrer dos 18 anos (de 1994 a 2012) os custos no Espírito Santo se ampliaram em magnitude superior aos custos da construção no Brasil. Enquanto no Estado os custos elevaram-se em 260,88% (passando de R\$ 212,77 em 1994 para R\$ 767,85 em 2012), no Brasil a elevação em moeda corrente foi de 234,18%, ao passar de R\$ 256,04 em 1994 para R\$ 855,64 em 2012 (Tabela 9).

Tabela 9 – Evolução dos Custos em R\$

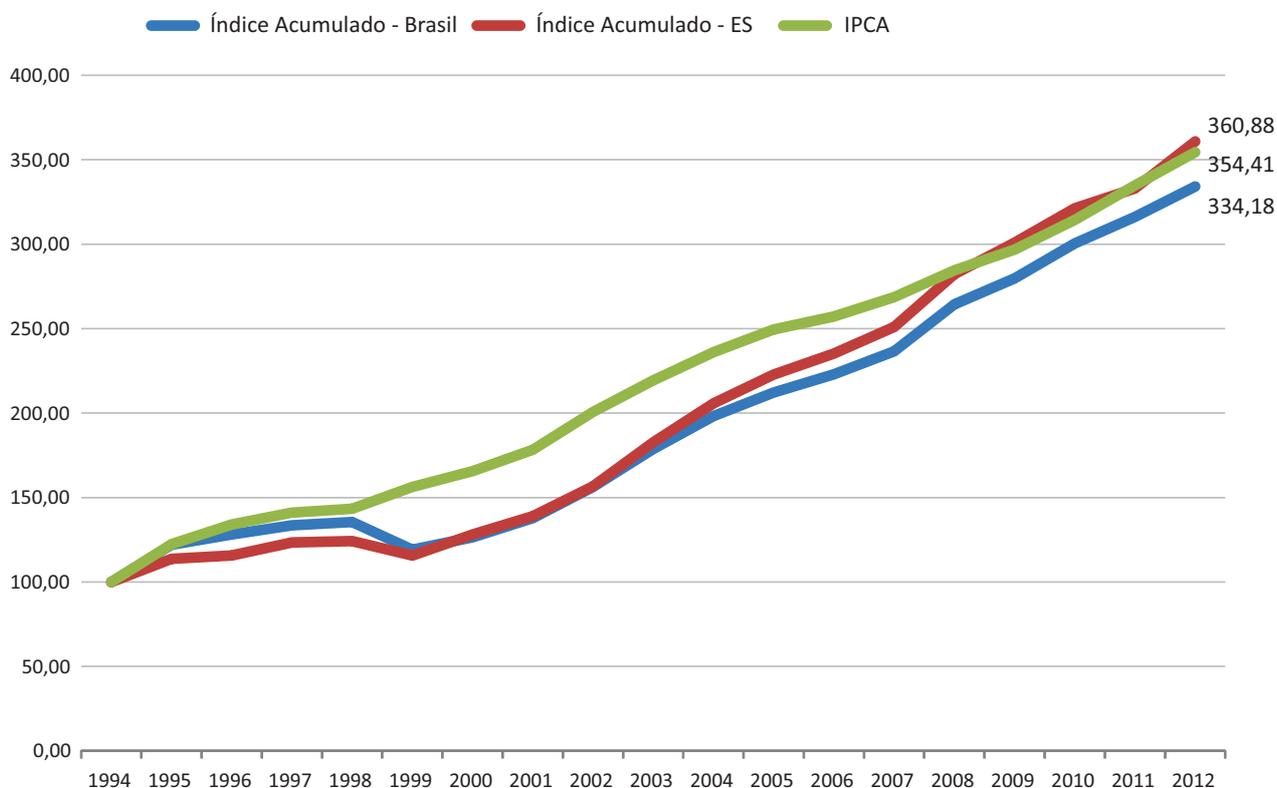
Ano	Brasil	ES
	Custo médio do m ² - moeda corrente	Custo médio do m ² - moeda corrente
1994	R\$ 256,04	R\$ 212,77
1995	R\$ 312,60	R\$ 241,89
1996	R\$ 327,98	R\$ 246,20
1997	R\$ 341,82	R\$ 262,70
1998	R\$ 347,15	R\$ 264,43
1999	R\$ 305,10	R\$ 246,20
2000	R\$ 323,96	R\$ 272,53
2001	R\$ 352,92	R\$ 295,55
2002	R\$ 400,30	R\$ 333,41
2003	R\$ 457,59	R\$ 388,73
2004	R\$ 507,70	R\$ 437,82
2005	R\$ 543,13	R\$ 474,07
2006	R\$ 571,00	R\$ 500,59
2007	R\$ 605,71	R\$ 533,89
2008	R\$ 676,78	R\$ 600,70
2009	R\$ 716,34	R\$ 640,38
2010	R\$ 769,06	R\$ 683,33
2011	R\$ 809,65	R\$ 708,40
2012	R\$ 855,64	R\$ 767,85

Fonte: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) / IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

Quando comparado os custos da construção civil com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação no Brasil, é possível perceber que os índices de custos da construção apresentam tendência semelhante ao IPCA, mas normalmente abaixo do mesmo. Entre os índices de custos, a variação é bem similar até 2002 e, a partir de então, o índice de custos no Espírito Santo começa a descolar do índice brasileiro se elevando em magnitude superior, até que em 2003 o ultrapassa e em 2008 passa a acompanhar o IPCA mais de perto, embora encerre 2012 em patamar superior ao índice de preços oficial (Gráfico 9).

Isso indica que os índices, de certa forma, refletem na inflação oficial do Brasil estando relacionados com a mesma, haja vista, que os custos da construção civil também compõem o IPCA. Cabe ressaltar, que em períodos de aquecimento do setor da construção civil há uma tendência a elevação nos custos, já que o setor faz pouco uso de implementações tecnológicas e exige muita demanda de mão de obra. Com isso, a demanda por mão de obra tende a aumentar, possibilitando que ocorram aumentos salariais da categoria. Por outro lado, em períodos de desaquecimento do setor há uma redução da demanda por mão de obra.

Gráfico 9 – Índice de custos da Construção x IPCA



Fonte: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) / IBGE.
 Sistema Nacional de Preços ao Consumidor (SNIPC) / IBGE.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

Em se tratando do peso dos componentes materiais e da mão de obra nos custos da construção no Brasil observa-se, conforme os dados da SINAPI, que em 1994 os custos dos materiais representavam 71% dos custos totais por metro quadrado enquanto que a mão de obra representava os 29% restantes, porém ao longo do tempo os custos de mão de obra foram ganhando expressão e no fechamento de 2012 já representavam quase metade dos custos da construção civil (47%). Neste sentido, ao analisarmos a elevação nos componentes de forma separada, percebe-se que os materiais elevaram de 1994 até 2012 em 150%, ao passar de R\$ 181,16 para R\$ 453,79, enquanto que os custos de mão de obra se elevaram em 437%, passando de R\$ 74,88 em 1994 para R\$ 401,85 em 2012 (Tabela 10).

Tabela 10 – Participação dos Custos de Mão de Obra e de Materiais nos Custos Médios

Ano	Custo médio m ² moeda corrente	Custo médio m ² - componente material - moeda corrente (Reais)	Custo médio m ² componente mão-de-obra - moeda corrente (Reais)	Participação dos Materiais nos Custos Médios	Participação da Mão de Obra nos Custos Médios
1994	256,04	181,16	74,88	71%	29%
1995	312,6	206,95	105,65	66%	34%
1996	327,98	206,08	121,9	63%	37%
1997	341,82	211,31	130,51	62%	38%
1998	347,15	211,16	135,99	61%	39%
1999	305,1	171,72	133,38	56%	44%
2000	323,96	180,85	143,11	56%	44%
2001	352,92	199,06	153,86	56%	44%
2002	400,3	231,8	168,5	58%	42%
2003	457,59	261,78	195,81	57%	43%
2004	507,7	298,26	209,44	59%	41%
2005	543,13	317,3	225,83	58%	42%
2006	571	330,38	240,62	58%	42%
2007	605,71	347,73	257,98	57%	43%
2008	676,78	395,65	281,13	58%	42%
2009	716,34	412,64	303,7	58%	42%
2010	769,06	434,25	334,81	56%	44%
2011	809,65	446,35	363,3	55%	45%
2012	855,64	453,79	401,85	53%	47%

Fonte: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) / IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos (CEE/IJSN).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de construção civil sofreu transformações no período analisado, evoluindo em muitos aspectos, passou a gerar mais empregos, salários, renda e ampliou o número de empresas enquadradas nesse segmento. Por outro lado, no que diz respeito às peculiaridades da mão de obra do setor, ainda apresenta baixo nível de escolaridade, tem alto grau de rotatividade e emprega em sua quase totalidade homens.

Talvez em virtude do baixo nível de escolaridade, os salários pagos a grande maioria da mão de obra da construção civil não ultrapassam quatro salários mínimos. Mas embora os salários pareçam não ser elevados, na análise dos custos percebe-se que a participação dos custos de mão de obra no setor cresceu bastante no Brasil, passando a representar 47% dos custos totais com mão de obra contra os 29% dos custos totais que representavam em 1994.

Neste sentido, os custos médios por metro quadrado, calculados pelo SINAPI no Brasil elevaram-se em mais de 200%, passando de R\$ 256,04 em 1994 para R\$ 855,64 no fechamento do ano de 2012. Esses custos refletem de fato a inflação do setor de construção civil e mostram sua pressão sobre a inflação nacional. Dessa forma, o acompanhamento desses dados faz-se importante por revelar os impactos referentes a elevação de custos com que podem arcar os particulares e o governo na execução de suas obras que normalmente são indexados as variações de custos do segmento.

Não obstante, esse trabalho busca contribuir com a análise das mudanças estruturais da construção civil, revelando a sua importância para a economia brasileira e seu papel de destaque no desenvolvimento. Dessa maneira, cabe destacar o relevante papel que a indústria da construção civil exerce sobre o desenvolvimento econômico, uma vez que é peça chave na geração de infraestrutura, gerando condições para que outras atividades econômicas se desenvolvam, desencadeando um ciclo positivo de investimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEE/CBIC, Comissão de Economia e Estatística da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Perfil Sócio- Econômico da Construção Civil no Brasil. Belo Horizonte, MG, 2002.

BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional del regime militar al gobierno Lula. Inter/secciones urbanas: origen y contexto em América Latina. Quito: FLASCO, 2008, v. , p. -.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Edição: 5. ed. rev. atual. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Serviços Gráficos, 2006.

JUNIOR, G. R. B., FILHO, E. T. T. Analisando a Crise do Subprime. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 15, N. 30, P. 129-159, DEZEMBRO. 2008.

MONTEIRO FILHA, Dulce Correa et al. Perspectivas e entraves para inovações na construção civil. BNDEs setorial, n. 31, mar. 2010.

NERI, Marcelo Cortes. Trabalho, Educação e Juventude na Construção Civil. Fundação Getúlio Vargas. Brasil, 2011.

OLIVEIRA, Vitor Januário. Produto Interno Bruto do Espírito Santo – 2010. IJSN. Vitória, 2012
Plano Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo (2011-2014). Governo do Estado. Vitória, Abril de 2011.

Plano Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo (2011-2014). Governo do Estado. Vitória, Abril de 2011.